



Tribunal de Justiça do Estado da Bahia

Concurso Público

Aplicação: 9/7/2005

Cargo: Juiz Substituto

PROVA OBJETIVA

Caderno ONDINA

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno, confira atentamente se o tipo de caderno — ONDINA — coincide com o nome que está registrado no cabeçalho de sua folha de rascunho, à direita, e se ele contém duzentos itens, correspondentes à prova objetiva de Conhecimentos Gerais de Direito, corretamente ordenados de 1 a 200.
- 2 Caso o caderno esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis.
- 3 Recomenda-se não marcar ao acaso: em cada item, se a resposta divergir do gabarito oficial definitivo, o candidato receberá pontuação negativa, conforme consta em edital.
- 4 Não utilize material de consulta que não seja fornecido pelo CESPE.
- 5 Durante a prova, não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização do chefe de sala.
- 6 A duração da prova é de **quatro horas**, já incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer da prova — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 7 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de prova.
- 8 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes no presente caderno, na folha de rascunho ou na folha de respostas poderá implicar a anulação da sua prova.

AGENDA

- I 12/7/2005, a partir das 10 h (horário de Brasília) – Gabaritos oficiais preliminares da prova objetiva: Internet — <http://www.cespe.unb.br/concursos/tjbajuiz2005> — e quadros de avisos do CESPE/UnB, em Brasília.
- II 13 e 14/7/2005 – Recursos (prova objetiva): formulários estarão disponíveis no Sistema Eletrônico de Interposição de Recurso, Internet — <http://www.cespe.unb.br/concursos/tjbajuiz2005>.
- III 5/8/2005 – Resultado final da prova objetiva e resultado provisório da prova discursiva: locais mencionados no item I, e Diário do Poder Judiciário do Estado da Bahia e Internet — <http://www.tj.ba.gov.br>.
- IV 8 a 10/8/2005 – Recursos (prova discursiva): em locais e horários que serão informados na divulgação do resultado provisório.
- V 15/9/2005 – Resultado final da prova discursiva e convocação para entrega de títulos: locais mencionados no item III.

OBSERVAÇÕES

- Não serão objeto de conhecimento recursos em desacordo com o item 11 do Edital n.º 1/2005 – JS/TJBA, de 10/5/2005.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448 0100; Internet — <http://www.cespe.unb.br>.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

CESPE
UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
Criando Oportunidades para Realizar Sonhos

De acordo com o comando a que cada um dos itens de **1 a 200** se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de rascunho e, posteriormente, a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova.

CONHECIMENTOS GERAIS DE DIREITO

O estado da Bahia, preocupado com a evasão fiscal em determinados setores da economia, máxime de produtos vindos de outros estados, estabeleceu, unilateralmente, na lei local instituidora do ICMS, que o Poder Executivo poderia estabelecer cobrança antecipada desse tributo, calculado sobre o preço presumido ao consumidor final, quando da entrada das mercadorias no território estadual, e incidente sobre os produtos que entendesse necessário.

O Poder Executivo alterou o decreto regulamentar do ICMS, autorizando o secretário de Fazenda a relacionar os produtos sujeitos à cobrança antecipada, inclusive o valor da operação que deve ocorrer com o consumidor final, sendo que a alíquota obedeceria à estabelecida para produtos análogos nos convênios existentes no CONFAZ.

Após essas alterações e para evitar a cobrança antecipada do ICMS, João Batista — comerciante de Salvador — BA enquadrado nos benefícios do regime simplificado, decorrentes de sua situação de pequeno empresário, e que adquiria produtos em outro estado para revender — passou a transportar sua mercadoria por estradas vicinais, evitando os postos de fronteira, enganando assim a fiscalização. Na venda dos produtos ao consumidor final, recolhia o ICMS, nos moldes incentivados. Em determinada operação, João Batista foi autuado pelo fisco, que apreendeu as mercadorias transportadas e, após findo procedimento administrativo que efetuou o lançamento fiscal, encaminhou representação criminal ao Ministério Público, inscreveu débito em dívida ativa e enviou à Procuradoria do Estado para executar a dívida apurada.

Em face da situação hipotética apresentada acima, julgue os itens seguintes.

- 1 A nova forma de cobrança do ICMS estabelecida pelo estado da Bahia é lícita, por tratar-se de substituição tributária para frente.
- 2 Como as alterações na cobrança do ICMS decorreram de lei local, a autorização legislativa ao Poder Executivo, consoante com jurisprudência firmada no Supremo Tribunal Federal (STF), é lícita.
- 3 O ICMS é imposto de competência estadual e, excepcionalmente, da União. Cabe à Constituição Federal estabelecer regras gerais sobre legislação tributária, e à lei, instituir o tributo.

- 4 Em tese, João Batista cometeu crime contra a ordem tributária, já que suprimiu o ICMS devido ao estado da Bahia, utilizando-se de meios que dificultavam o conhecimento por parte do fisco da operação tributária.
- 5 Caso a sociedade comercial de João Batista, que é beneficiada com regime simplificado de apuração e recolhimento do tributo, recolhesse ICMS antecipadamente, ela estaria sendo bitributada, sempre que comercializasse produto objeto de recolhimento antecipado do imposto.
- 6 A apreensão de mercadoria mencionada no texto foi irregular, já que não cabe ao estado da Bahia usar de meio coercitivo para garantir o pagamento de dívida fiscal.
- 7 Caso João Batista tivesse ingressado com mandado de segurança na esfera judicial para reaver a mercadoria apreendida mencionada no texto e obtivesse liminar em seu favor, então o fisco não poderia prosseguir com o procedimento administrativo fiscal antes de passado em julgado o processo judicial, já que a liminar concedida em sede de mandado de segurança suspende a exigibilidade do crédito tributário.
- 8 No momento em que instituiu como fato gerador do ICMS a entrada da mercadoria no território estadual e a base de cálculo incidente sobre o preço presumido ao consumidor, a lei referida ofendeu o princípio constitucional da proibição de limitação tributária ao tráfego de bens.
- 9 A autoridade fazendária agiu bem ao aguardar o lançamento definitivo do crédito tributário, para encaminhar a representação, já que, consoante jurisprudência dominante no STF, o Ministério Público não pode oferecer denúncia pela prática de crimes contra a ordem tributária, que é de ação penal pública incondicional, antes de encerrado o procedimento administrativo fiscal.

O estado do Espírito Santo editou lei incentivando importações do exterior de bens destinados ao ativo fixo de empresas ali estabelecidas, que pagariam apenas 20% do ICMS incidente na operação. Em face de tal incentivo, diversas indústrias passaram a se instalar naquele estado.

A indústria de equipamentos pesados Alpha S.A., sediada em Ilhéus – BA, necessitando reformar seu parque industrial, inscreveu-se no programa fiscal capixaba, abrindo pequeno escritório em Vitória – ES. Realizou as importações necessárias pelo porto de Salvador, fornecendo o endereço de Vitória como destino da mercadoria. Entretanto, em vez de as mercadorias terem seguido para Vitória, foram descarregadas em Ilhéus – BA.

Em relação a essa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 10 O fato gerador do ICMS na importação do exterior deve ter ocorrido na entrada da mercadoria no estabelecimento comercial do importador, em Ilhéus – BA, daí que é irrelevante ter como destino o Espírito Santo, já que o imposto é devido ao estado da Bahia.
- 11 O incentivo concedido pelo Espírito Santo é lícito, desde que aprovado pelo CONFAZ, em face da deliberação dos estados e do Distrito Federal.
- 12 Conforme entendimento dominante no STF, seria lícito ao estado do Espírito Santo reter os bens importados quando do desembaraço aduaneiro até que fosse recolhido o ICMS incidente na operação, já que o destinatário da mercadoria era estabelecido em Vitória – ES.

Acerca de lançamento, julgue os próximos itens.

- 13 Considere que a autoridade fazendária tenha constatado, em junho de 2005, que fiscais efetuaram, entre julho de 1998 e maio de 1999, lançamento de ICMS a menor em diversas empresas, em troca de dinheiro, e que as empresas pagaram ao fisco os tributos exigidos pelos fiscais. Nesse caso, a autoridade administrativa fiscal pode, de ofício, determinar a revisão de todos os lançamentos efetuados.
- 14 Quando o contribuinte apura o imposto devido e informa tal valor ao fisco sem, entretanto, efetuar o recolhimento, desnecessário se faz o procedimento administrativo fiscal para verificar a ocorrência do fato gerador, apontar a matéria tributável, calcular o valor e indicar o sujeito passivo.
- 15 Em ação judicial movida pelo contribuinte questionando os critérios constantes em legislações distintas para o lançamento, o juiz, na sentença de mérito, deverá indicar qual o critério a ser seguido. Nesse caso, mesmo que haja a possibilidade de obtenção do valor devido em liquidação por arbitramento, a autoridade fazendária na atividade de lançamento não poderá ser substituída.

Julgue os itens subseqüentes, relativos ao direito tributário.

- 16 Considere que, após ter sido constatada calamidade pública em determinado município, tenha sido autorizada a admissão temporária de máquinas e equipamentos de diversos países do Mercado Comum Europeu. Nessa situação, findo o prazo de admissão, caso a sociedade comercial decida integrar tais bens a seu ativo fixo, a União poderá cobrar os impostos incidentes sobre a importação dos referidos bens.
- 17 No que se refere aos impostos sobre o comércio exterior, é lícito ao Poder Executivo alterar as alíquotas e a base de cálculo, cuja atividade é vinculada.
- 18 Quando a Constituição Federal estabeleceu a isenção de impostos para as operações de transferência de imóveis desapropriados para reforma agrária, o instituto aplicado à espécie deve ser entendido como imunidade, tratando-se de verdadeira proibição de sua instituição por lei.
- 19 Pode o substituto tributário creditar-se da diferença entre o ICMS recolhido e o pago pelo consumidor final a menor do valor presumido, já que não é lícito ao Estado cobrar mais tributo do que o efetivamente pago no final da cadeia econômica.
- 20 A imunidade recíproca não abrange os tributos devidos por autarquia federal e incidente sobre a renda de seus bens, objeto de aluguel.

Julgue os itens que se seguem, quanto à teoria da constituição, às classificações das constituições, à aplicabilidade e à interpretação das normas constitucionais e ao poder constituinte.

- 21 A propósito da classificação das constituições quanto à forma, a grande vantagem das escritas sobre as não-escritas é a estabilidade que as primeiras propiciam, pois, devido à ausência de suporte escrito, as constituições não-escritas são muito mais facilmente modificáveis.
- 22 A doutrina considera que a constituição de um país deva ser escrita para que todos os cidadãos a entendam, isto é, deve utilizar, sempre que possível, linguagem clara e acessível às pessoas em geral. Isso reforça uma das regras hermenêuticas mais importantes quanto a abrangência e aplicabilidade, a qual é condensada no brocardo *in claris cessat interpretatio*.
- 23 Dos pontos de vista sociológico, político e econômico, é certo que o poder constituinte originário não tem liberdade total para moldar, a seu talante, a nova constituição de um país, porquanto está sujeito a limitações variadas. Do ponto de vista estritamente jurídico, todavia, prevalece o entendimento de que não há limitações, no plano interno, àquele poder.

Acerca do controle de constitucionalidade, julgue os itens a seguir.

24 O controle difuso de constitucionalidade admite efeitos *ex tunc*, pois estes não são exclusivos do controle concentrado; neste, a norma é expulsa do ordenamento jurídico e se deve considerar, em regra, como se nunca houvera existido.

25 Considere a seguinte situação hipotética.

A Assembléia Legislativa do Estado da Bahia (ALBA) aprovou, e o governador do estado sancionou, a lei orçamentária estadual para o exercício de 2004. Por considerá-la inconstitucional frente à Constituição da República, um grupo de parlamentares formulou representação dirigida ao Procurador-Geral da República (PGR), no início de 2005.

Nessa situação, por se tratar de ato normativo estadual, genérico e primário, deveria o PGR ajuizar ação direta de inconstitucionalidade, caso constatasse, de fato, a incompatibilidade entre a lei e a ordem constitucional nacional.

26 A argüição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) caracteriza-se por levar ao julgamento do STF determinados atos do poder público que não são passíveis de controle de constitucionalidade por outras vias processuais. Nessa perspectiva, é juridicamente admissível o ajuizamento de ADPF para que o STF declare a constitucionalidade de veto do presidente da República a projeto de lei regularmente aprovado pelo Congresso Nacional.

27 A ADPF não é o único remédio jurídico por meio do qual uma lei municipal pode ter a alegação de sua inconstitucionalidade levada a julgamento no plenário do STF.

Julgue os itens seguintes, relativos ao Estado federal e à organização do Estado brasileiro.

28 Em relação ao federalismo, é correto afirmar que o Brasil é exemplo de Estado federal por desagregação, que não existe hierarquia entre os entes federados e que a repartição de competências entre eles somente se pode fazer no nível constitucional.

29 O princípio da simetria é um dos princípios implícitos do sistema constitucional brasileiro e aplica-se tanto a estados quanto a municípios. A despeito disso, a lei orgânica dos municípios não pode fixar para os vereadores regime de imunidade com a extensão daquele aplicável aos deputados estaduais e federais e aos senadores.

A respeito dos direitos políticos, julgue o item abaixo.

30 A Constituição brasileira tanto prevê casos de simples suspensão dos direitos políticos (como na condenação criminal passada em julgado) quanto de perda deles (a exemplo do cancelamento da naturalização); relativamente às inelegibilidades, existem as absolutas e as relativas, sendo que estas restringem a candidatura apenas a determinados cargos ou em determinadas condições.

Julgue o item subseqüente, relativo ao Estatuto da Criança e do Adolescente.

31 Os atos infracionais compreendem crimes e contravenções penais, e, para a prova da idade do adolescente, o documento primordial é a certidão de nascimento, muito embora esta gere presunção apenas relativa (*juris tantum*) da idade, o que significa poder ser afastada, diante de prova idônea em contrário. Por outro lado, no caso de apreensão de adolescente já civilmente identificado, é juridicamente possível, a depender das circunstâncias, a identificação compulsória por parte da autoridade policial.

No que tange à administração pública e às Emendas Constitucionais n.º 19 e n.º 20, de 1998, julgue os itens a seguir.

32 Por força do princípio constitucional da legalidade, que vincula de maneira estrita a administração pública, os agentes públicos não podem interferir com sua vontade e sua avaliação subjetiva na prática dos atos administrativos.

33 Considere a seguinte situação hipotética.

O Ministério Público da Bahia ajuizou ação civil pública em face de um município e de um professor aposentado do município. Este se aposentara em 1999 e, no ano seguinte, foi nomeado para o cargo de médico da rede municipal, em virtude de aprovação em concurso público. O fundamento da ação foi o de ser vedada a acumulação de proventos da aposentadoria com a remuneração do novo cargo.

Nessa situação, a ação deveria ser extinta sem julgamento de mérito, uma vez que não compete ao Ministério Público ajuizar ações para defesa das finanças municipais, em lugar do próprio município; se superada essa preliminar, o pedido deveria ser julgado procedente, porquanto a acumulação, no caso, era juridicamente inválida.

Relativamente às comissões parlamentares de inquérito (CPIs) no Congresso Nacional, julgue os itens que se seguem.

34 A competência para julgar mandado de segurança contra atos praticados pelas CPIs do Congresso Nacional, após a Emenda Constitucional n.º 45, de 2004, é do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

35 Conforme o entendimento que se firmou no STF, as CPIs não podem expedir mandado de busca e apreensão, mas devem requerê-lo à autoridade judiciária competente.

Julgue os itens seguintes, relativos ao Poder Judiciário e às funções essenciais à justiça.

36 Se uma CPI descobrisse que dirigente de uma empresa pública praticara, em 1990, atos dolosos dos quais resultou lesão ao patrimônio público, o ramo competente do Ministério Público não mais poderia ajuizar ação para ressarcimento do erário, porquanto o prazo prescricional, nesses casos, é quinquenal.

37 Considerando que a competência do Ministério Público é paralela à dos ramos do Poder Judiciário, caso uma CPI tivesse como objeto atos ilícitos praticados por empregados do Banco do Brasil S.A., que é sociedade de economia mista da União, as provas reunidas pela comissão deveriam, ao final de seus trabalhos, ser enviadas, em princípio, para o Ministério Público do estado em que os atos tivessem sido praticados (ou para o do Distrito Federal), mas não para o Ministério Público Federal.

38 Em decorrência das garantias constitucionais fundamentais, as CPIs não podem realizar a prisão de ninguém, porquanto elas são destinadas à investigação, mas não têm autoridade para efetuar a restrição da liberdade dos cidadãos; tais restrições, necessariamente, devem originar-se de decisão da autoridade judiciária competente.

Com referência à Constituição do Estado da Bahia, julgue os itens que se sucedem.

39 Como decorrência dos princípios constitucionais do devido processo legal e da ampla defesa, a referida Constituição estabelece que os servidores públicos somente poderão sofrer punição disciplinar mediante processo administrativo composto de duas fases: a da sindicância e a do procedimento administrativo disciplinar.

40 Caso o governador do estado da Bahia cometa ato de improbidade administrativa, estará sujeito a processo por crime de responsabilidade, sem prejuízo da ação judicial apropriada. Em relação a esse crime, o chefe do Poder Executivo será julgado pela ALBA e deverá ser afastado de suas funções com a instauração do processo. Caso esse processo não seja julgado em 120 dias, o governador poderá reassumir suas funções, mas isso não impedirá o prosseguimento do processo.

41 Na Bahia, os prefeitos são julgados, nos crimes comuns, pelo tribunal de justiça, assim como será desse órgão a competência para julgar mandado de segurança impetrado contra aqueles. Por outro lado, os prefeitos têm legitimidade para ajuizar ação direta de inconstitucionalidade contra lei ou ato normativo estadual ou municipal, em face da Constituição baiana.

42 Considerando que o estado da Bahia teve 8.954.998 eleitores aptos a votar nas eleições de 2004, a Constituição Estadual poderia receber proposta de emenda subscrita por pelo menos 89.549 eleitores, proposta que, entre outros requisitos, precisaria ser aprovada após dois turnos de discussão e votação e contar com o voto de três quintos dos deputados estaduais. No caso de veto por parte do governador, poderia a ALBA derrubá-lo, em votação específica.

43 Em relação ao Poder Judiciário baiano, nos termos da Constituição Estadual, é correto afirmar que o tribunal de justiça pode ter órgão especial, com competência administrativa e jurisdicional, que os subsídios dos magistrados devem ser estipulados por lei, mas, na falta desta, em certas condições, poderão sê-los por meio de resolução administrativa do tribunal, e que o juiz não poderá ser promovido por merecimento, em nenhum caso, sem estar entre os 20% mais antigos e sem haver prestado serviço por pelo menos dois anos na entrância respectiva.

Julgue os itens a seguir, no que respeita à organização judiciária do estado da Bahia e ao Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

44 A Corregedoria-Geral de Justiça, de acordo com a Lei de Organização Judiciária da Bahia, pode baixar instruções necessárias ao funcionamento adequado dos serviços cuja fiscalização lhe caiba; o corregedor-geral participa das sessões do Plenário do tribunal, embora sem a função de relator nem de revisor; nos impedimentos do corregedor-geral, suas funções serão exercidas por desembargador designado pelo tribunal.

45 Quando for argüida a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo e essa questão se mostrar indispensável ao julgamento da causa, os autos serão enviados ao plenário do tribunal, ao qual caberá o julgamento da questão prejudicial e do próprio litígio, a fim de privilegiar a celeridade processual. Nesses casos, será obrigatoriamente ouvido, antes, o Ministério Público, no prazo de dez dias.

No que se refere aos atos administrativos, julgue os próximos itens.

46 Fatos jurídicos, mesmo que independam da vontade e de qualquer participação dos agentes públicos, podem ser relevantes para o direito administrativo.

47 A rigor, os atributos da presunção de validade (ou legitimidade) e da presunção de veracidade dos atos administrativos não significam exatamente a mesma coisa. A primeira indica a conformidade do ato com o ordenamento jurídico, ao passo que a segunda representa a adequação do ato à realidade dos fatos. A depender das circunstâncias, o segundo atributo pode subsistir, mas ser afastado o primeiro, por defeitos do ato administrativo.

48 Sempre que a administração pública se deparar com a prática de ato administrativo nulo, deverá invalidá-lo e repor a situação no *statu quo ante*, independentemente de provocação da parte interessada, devido a seu poder de autotutela. Essa atitude é decorrência do princípio da legalidade, pois a doutrina não admite que o poder público aceite a persistência dos efeitos de atos praticados em desconformidade com o direito.

Julgue os itens seguintes, no que diz respeito ao controle da administração pública e aos bens públicos.

49 No controle administrativo dos atos da administração pública, a sistemática de recursos baseia-se no princípio de hierarquia que subjaz à estrutura dos órgãos e dos entes públicos. Isso significa que, com exceção dos recursos destinados à própria autoridade que haja produzido o ato, todos os demais devem ser dirigidos à autoridade hierarquicamente superior àquela.

50 Em relação ao tombamento como meio de proteção dos bens de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, é correto afirmar que ele não impede a alienação do bem onerado, conquanto gere direito de preempção em favor do poder público, que permite a reforma do bem, mediante certas condições, que gera efeitos também para vizinhos do bem e que, consoante a doutrina, tem natureza de servidão administrativa.

Quanto às licitações, aos contratos administrativos e aos contratos de concessão, julgue os itens que se seguem.

51 Considere a seguinte situação hipotética.

Em um pregão, os participantes apresentaram propostas com os seguintes preços, para a prestação de determinado serviço comum:

licitante A – R\$ 10.000,00, licitante E – R\$ 11.000,00,
licitante B – R\$ 10.100,00, licitante F – R\$ 11.500,00,
licitante C – R\$ 10.500,00, licitante G – R\$ 12.000,00,
licitante D – R\$ 10.900,00, licitante H – R\$ 12.100,00.

O pregoeiro verificou que os licitantes B e G não haviam obedecido aos requisitos do instrumento convocatório, na elaboração das propostas.

Nessas condições, o pregoeiro deverá passar à fase de lances verbais, da qual apenas os licitantes A, C, D e E terão o direito de participar, para, ao final, identificar o vencedor do pregão.

52 Uma das mais importantes inovações da vigente Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 8.666, de 1993) foi a previsão expressa da possibilidade de invocação da *exceptio non adimpleti contractus* em favor do contratado particular, se bem que ela, como regra, não faculte ao contratado exigir da administração pública o cumprimento antecipado da prestação a ela correspondente.

53 Durante a execução do contrato de concessão de serviço público, se o poder concedente constatar que houve nulidade na licitação ou na formação do contrato ou, ainda, se verificar que o concessionário não está cumprindo as condições do contrato e da lei na prestação do serviço, caberá a encampação do contrato por parte do concedente, após facultado ao concessionário o exercício da ampla defesa.

Julgue os itens subseqüentes, acerca dos agentes administrativos e do processo administrativo.

54 Considere a seguinte situação hipotética.

Marcelo era servidor público estadual da administração direta e foi eleito vereador por um município baiano. Como havia compatibilidade entre o horário de trabalho dele e o exercício da vereança, o município passou a pagar-lhe, cumulativamente com os vencimentos do cargo efetivo, as vantagens do cargo de vereador. Um cidadão ajuizou ação popular contra esse pagamento cumulativo, alegando ilegalidade e lesividade desses atos.

Nessa situação, o pedido da ação deveria ser julgado improcedente.

55 No processo administrativo disciplinar, não se aplica, com a mesma amplitude do direito penal, o princípio da tipicidade, o que implica a possibilidade de a autoridade administrativa aplicar sanção a conduta que não esteja minuciosamente descrita como ilícita na norma legal.

Em relação aos poderes da administração, julgue os itens a seguir.

56 O Estado somente pode punir agente público (em sentido lato) nas estruturas estatais baseadas na hierarquia entre a autoridade competente para aplicar a punição e os agentes a ela sujeitos, hierarquia que deve abranger, sobretudo, o exercício das funções desses agentes.

57 Em sentido amplo, é juridicamente correto afirmar que o exercício do poder de polícia está associado à atividade do Poder Legislativo e do Poder Executivo.

Julgue os itens seguintes, a respeito da intervenção do Estado na propriedade.

58 A servidão tem a natureza de direito real sobre coisa alheia (*jus in re aliena*) e, na servidão de direito público, ela está necessariamente associada ao emprego da coisa serviente na prestação de serviço público.

59 De acordo com a doutrina, a chamada ocupação provisória (ou temporária), no direito brasileiro, equivale à desapropriação indireta, porquanto se dá sem procedimento administrativo prévio e implica limitações à propriedade que precisam ser indenizadas pelo poder público.

No atinente aos princípios da administração pública, julgue os itens que se seguem.

60 O princípio da proporcionalidade é hoje amplamente reconhecido pela doutrina e pela jurisprudência brasileiras como um dos que regem a atividade administrativa, conquanto remanesça como princípio implícito no ordenamento jurídico positivo do país.

61 De acordo com a Constituição da República, os atos dos agentes públicos geram responsabilidade objetiva para o Estado e não para a pessoa deles próprios, a não ser na hipótese de o poder público comprovar a ocorrência de dolo ou culpa, em ação regressiva. Essa imputação dos atos do agente público ao Estado representa a concretização do princípio da impessoalidade, consoante uma de suas concepções teóricas.

62 Como decorrência do princípio constitucional da publicidade, a Constituição de 1988 assegura a qualquer cidadão obter certidão para a defesa de direito e para o esclarecimento de situação de interesse pessoal. No caso, porém, de o cidadão desejar a defesa de interesse coletivo ou difuso, não terá direito à certidão, mas, sim, o direito de representação ao Ministério Público para que este, como representante da sociedade em juízo, providencie os elementos necessários àquela defesa e promova as ações adequadas, se for o caso.

63 A moralidade administrativa possui conteúdo específico, que não coincide, necessariamente, com a moral comum da sociedade, em determinado momento histórico; não obstante, determinados comportamentos administrativos ofensivos à moral comum podem ensejar a invalidação do ato, por afronta concomitante à moralidade administrativa.

Julgue os próximos itens, referentes a responsabilidade civil da administração, improbidade administrativa e serviços públicos.

- 64** A responsabilidade civil do Estado por ato omissivo prescinde de demonstrar-se a relação de causalidade entre a omissão e a lesão a direito da vítima, porquanto bastará comprovar o dever estatal de agir e o dolo ou culpa do agente público.
- 65** A tipificação na lei dos atos de improbidade administrativa repousa sobre o binômio ofensa à moralidade—lesão ao patrimônio público, de tal sorte que, na falta de um desses fatores, não se caracterizará o ato ímprobo.
- 66** De acordo com a classificação dos serviços públicos quanto ao objeto, a intervenção estatal na atividade econômica, quando necessária à satisfação de relevante interesse público ou de imperativos de segurança nacional, corresponde aos chamados serviços administrativos.

Relativamente à organização administrativa, julgue os itens a seguir.

- 67** As fundações instituídas pelo poder público, tanto as que têm personalidade jurídica de direito público quanto as de direito privado, são criadas para a persecução de determinado interesse coletivo. Considerando que, por disposição constitucional, compete ao MP a tutela desses interesses, é indispensável a fiscalização do órgão sobre todos os atos desses entes, segundo reconhecem os estudiosos.
- 68** Uma sociedade de economia mista ou empresa pública pode resultar da transformação, por lei, de um órgão público preexistente.

Julgue os itens seguintes com relação à desapropriação.

- 69** Para a desapropriação de bem público, deve-se observar, por um lado, a regra segundo a qual apenas as pessoas políticas de maior extensão podem expropriar os bens das de menor extensão (de onde se conclui que os bens federais são sempre imunes a desapropriação) e, por outro, a necessidade de haver autorização legislativa expedida pelo ente expropriante.
- 70** A fim de permitir a conclusão dos atos necessários a consumir-se a desapropriação, a lei autoriza que, uma vez decretada a utilidade pública de um bem para que seja expropriado, o poder público requeira imissão provisória na posse, de modo a poder penetrar no imóvel.

Julgue os itens que se seguem, relativos à propriedade industrial e intelectual.

- 71** Tal como ocorre no direito autoral, o autor de propriedade industrial, em regra, tem seus direitos materiais resguardados desde o momento da criação de sua obra.
- 72** Não serão objeto de patente, concedida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), produtos alimentícios, químico-farmacêuticos e medicamentos de qualquer espécie, como forma de se resguardar o interesse público.
- 73** Considere que alguém modifique a forma de uns óculos e isso resulte em um novo modelo, facilmente adaptável à cabeça. Nessa situação, para efeito de patente, esse novo objeto poderá, legalmente, ser considerado um modelo de utilidade e o prazo de proteção da patente será de 15 anos.
- 74** Considere que o autor de uma invenção tenha feito, no dia 1.º de janeiro de 2004, o depósito relativo ao pedido de patente no INPI. Nessa situação, o exame do pedido de patente deve ser requerido até o dia 1.º de janeiro de 2007, sob pena de ser arquivado.
- 75** Determinada pessoa, autora de modelo de utilidade, promoveu o depósito referente ao pedido de patente de sua obra e, decorrido longo período, tomou conhecimento de que algumas pessoas, antes da data do depósito no INPI, já utilizavam, de boa-fé, tal objeto. Nessa situação, o autor deveria ter notificado as pessoas para que cessassem a exploração do objeto, pois aos criadores de obras intelectuais é assegurado o direito de exploração, oponível contra todos.
- 76** Caso os agentes do INPI verifiquem que tenha sido patenteada determinada invenção contrária à saúde pública, o próprio INPI poderá propor ação de nulidade de patente, a qual deverá ser ajuizada no foro da justiça federal.
- 77** Será passível de licença compulsória a patente concedida a empresário que utilize os direitos dela decorrentes de forma a praticar abuso do poder econômico comprovado nos termos da lei, por decisão administrativa ou judicial.

Com relação ao direito bancário e securitário e aos contratos de consórcios para aquisição de bens, julgue os seguintes itens.

78 Considere que determinado consórcio de automóveis, regularmente constituído, vise levar a efeito contratos de alienação fiduciária em garantia. Nessa situação, deverão ser utilizados os serviços de uma instituição financeira, única entidade legitimada para efetuar financiamentos dessa natureza.

79 Salvo interesse do governo brasileiro, é vedada a instalação, no território nacional, de novas agências de instituições financeiras domiciliadas no exterior.

80 Considere a seguinte situação hipotética.

Cláudia provocou, por negligência, dano em bem móvel devidamente segurado por Luís, seu marido.

Nessa situação, a seguradora deve pagar a Luís a indenização devida e se sub-rogar no valor respectivo, podendo promover ação contra a causadora do dano, para recebimento do valor pago.

Julgue os itens subseqüentes, a respeito do instituto relativo aos títulos de crédito.

81 Considere a seguinte situação hipotética.

Joana possui em sua residência pequena confecção de roupas infantis, as quais são vendidas mediante pagamento a prazo, desde que o devedor assine nota promissória, ou à vista. Assim, Joana ajustou com Sara contrato de compra de venda de algumas peças de roupas. Sara, por sua vez, firmou nota promissória da qual constou cláusula de juros de mora, no verso do título.

Nessa situação, para efeitos da legislação civil, considera-se não escrita a cláusula de juros de mora aposta no referido título de crédito.

82 Considere a seguinte situação hipotética.

Alcir emprestou R\$ 3.500,00 a Batista, que, para garantir o pagamento, entregou a Alcir cheque devidamente assinado. Ante a solicitação de Alcir para que o título fosse avalizado, o irmão de Batista avalizou, mas apenas o montante de R\$ 2.000,00.

Nessa situação, Batista deverá providenciar outro avalista, pois a legislação pátria veda o aval parcial.

83 Subsistirá o aval mesmo que o avalista firme letra de câmbio em que seja fictícia a pessoa do aceitante.

84 Considere a seguinte situação hipotética.

Jonas vendeu um computador a Bernadete, no importe de R\$ 2.800,00. No ato da compra, a devedora pagou R\$ 1.400,00 e firmou nota promissória, representativa do restante devido, para que fosse paga no mês seguinte. Na data aprazada, Bernadete procurou Jonas para lhe entregar, em dinheiro, a importância de R\$ 1.000,00 e declarou que, naquele momento, não dispunha da diferença do débito.

Nessa situação, Jonas deveria ter recebido a importância ofertada por Bernadete, pois ao credor é vedado recusar pagamento na data do vencimento, ainda que parcial.

85 Considera-se vencida a letra de câmbio protestada por recusa do aceite.

86 Considera-se nula a emissão de letra de câmbio sem a indicação da data de vencimento, bem como do local de pagamento, por estarem ausentes os requisitos mínimos para a validade do título.

87 Considere o inadimplemento de letra de câmbio emitida para vencimento em maio de 2005. Nessa situação, o titular da cártula deverá promover ação de cobrança contra o devedor até maio de 2006, contados da data em que deveria ter sido pago o referido título, sob pena de prescrição.

88 A nota promissória emitida a certo termo da vista deve ser protestada em razão da recusa do subscritor a dar o seu visto.

89 Caso determinada cártula de cheque tenha sido endossada por três pessoas, é lícito que o portador do título promova ação cambial contra um ou todos os endossantes, em única ação ou separadamente.

90 As letras imobiliárias, também denominadas letras hipotecárias, são títulos de crédito comumente emitidos por sociedades empresárias e gozam de privilégio em relação aos demais bens do emissor.

Acerca da normatização do direito do consumidor, julgue os itens a seguir.

91 Não é considerado relação de consumo o negócio jurídico de natureza creditícia, tal qual o empréstimo bancário, pois o bem adquirido por essa modalidade de contrato é utilizado para a aquisição de outros bens de consumo, não sendo o contratante destinatário final de produto ou serviço. Não se aplica a essa situação o Código de Defesa do Consumidor (CDC), dado que ela envolve instituições financeiras.

92 A inversão do ônus da prova, direito básico do consumidor, visa facilitar a defesa da parte hipossuficiente na relação de consumo. Isso não implica, contudo, que o fornecedor seja obrigado a arcar com as custas para a produção de prova requerida pelo consumidor, mas, sim, que suporte o ônus de sua não-produção, sendo considerados verdadeiros os fatos que, por intermédio dessa prova, se pretendia provar.

93 O CDC permite a revisão de cláusulas que, em razão de fatos supervenientes, tornem-se excessivamente onerosas. Não permite, contudo, a modificação de cláusulas que estabeleçam prestações desproporcionais, em virtude do princípio da *pacta sunt servanda*.

94 Considere a seguinte situação hipotética.

Em um supermercado, Antônio pediu que seu filho, de apenas 10 anos de idade, pegasse e trouxesse, até o carrinho de compras, uma garrafa de vidro que continha refrigerante. No percurso, o garoto, ao deixar cair a garrafa de vidro no chão, sofreu cortes profundos na perna.

Nessa situação, o fornecedor não responde pela reparação dos danos causados ao consumidor, visto que a culpa é exclusiva da vítima.

95 Suponha que um cliente, cujo computador apresentou problemas, tenha procurado uma empresa de assistência técnica para consertá-lo e, em princípio, foi informado de que bastaria a reinstalação de um *software* e de que a execução do serviço custaria R\$ 35,00. Dias após, recebeu a fatura discriminando a troca de um componente do computador, no valor de R\$ 500,00. Nesse caso, conforme o CDC, a prática descrita é abusiva.

96 O profissional liberal, na condição de fornecedor de produtos e serviços, é pessoalmente responsável por danos causados ao consumidor, independentemente da existência de culpa, em razão do princípio da responsabilidade objetiva, que rege as relações de consumo.

97 Considere a seguinte situação hipotética.

Arnaldo, engenheiro civil, visando auxiliar uma cooperativa habitacional, elaborou projeto para a construção de casas populares, sem cobrar remuneração.

Nessa situação, a atitude meramente liberal de Arnaldo não é caracterizada como prestação de serviços, para fins de incidência do CDC.

98 Os serviços públicos essenciais devem ser prestados de maneira contínua. Portanto, não pode o órgão público prestador de serviço público essencial cortar o fornecimento de serviço a consumidor que permaneça inadimplente após ter sido previamente notificado.

99 Considere a seguinte situação hipotética.

José adquiriu veículo novo, com ar condicionado, entre outros acessórios, e pagou à vista. Entretanto, de posse do veículo, constatou que o ar-condicionado não estava funcionando. Entrou em contato com a concessionária e exigiu a substituição desse acessório. A concessionária, prontamente, dispôs-se a reparar o dano, entregando um outro veículo, usado e de menor valor, para que José o utilizasse enquanto fosse efetuado o conserto no carro por ele adquirido. Mais de 30 dias se passaram sem que o veículo fosse consertado.

Nessa situação, José teria direito, alternativamente e à sua escolha, à substituição do veículo, à restituição imediata da quantia paga ou ao abatimento proporcional do preço pago.

100 Determinada marca de computador estava sendo vendida pelo estabelecimento empresarial X. Os computadores dessa marca apresentavam defeitos de montagem. Sendo assim, o estabelecimento empresarial X será solidariamente responsável apenas se o fabricante ou o importador do produto não puderem ser identificados.

101 A venda de frutas e hortaliças torna responsável, por vícios do produto, o fornecedor imediato, exceto no caso em que for possível identificar claramente o produtor.

102 Dada a responsabilidade do fornecedor por disparidade de indicações do produto constantes de mensagem publicitária, ele deve sanar o vício no prazo máximo de trinta dias. Todavia, as partes podem convencionar a redução, o aumento ou até mesmo a supressão desse prazo, conforme disposição do CDC.

103 O fornecedor de serviços de reparação de produtos não é obrigado a empregar componentes originais, salvo se expressamente convencionado no contrato.

104 Pela existência de vício de qualidade que torne o produto inadequado para o consumo, é responsabilizado o seu fornecedor, mesmo que ele ignore a mácula.

105 Considere a seguinte situação hipotética.

Lucas comprou, por telefone, um equipamento de ginástica, tendo acertado que o pagamento seria efetuado em quatro parcelas iguais. Depois do primeiro pagamento, Lucas recebeu o produto em sua residência. Entretanto, Lucas não gostou do bem adquirido, o que o fez desistir do contrato três dias após a entrega do produto.

Nessa situação, Lucas terá direito, imediatamente, à devolução da primeira prestação não-corrigida monetariamente.

106 O anúncio publicitário é considerado parte integrante do contrato que estabelece a relação de consumo, o qual vincula o fornecedor do produto ou serviço e pode ser objeto de execução específica.

107 O prazo para reclamação de vícios de fácil constatação decai em trinta dias, podendo ser estendido uma única vez por igual período, em se tratando de fornecimento de serviço ou de produto não-durável.

108 Incorrerá em multa o estabelecimento de ensino particular que altere o modelo de fardamento antes de transcorridos 5 anos da adoção do uniforme anterior.

109 A penalidade de cassação de alvará de licença só pode ser aplicada ao fornecedor de bens e serviços de consumo e se precedida de regular procedimento administrativo, garantidos, ao apenado, o contraditório e a ampla defesa.

110 Para que reste configurado crime de exposição à venda de produto impróprio para o consumo, deve haver prévia comprovação, por meio de laudo pericial, da potencialidade lesiva do produto à vida ou à saúde do consumidor.

Acerca da lei e sua interpretação, julgue os itens que se sucedem.

111 Se um juiz, por meio de interpretação sistemática, detectar incompatibilidade entre a norma objeto de interpretação e outras do mesmo sistema jurídico, deverá negar a eficácia à norma, deixando de aplicá-la no caso concreto.

112 Considere que determinada pessoa celebrou, em agosto de 2002, um contrato de financiamento pelo prazo de 5 anos. Nessa hipótese, o contrato deverá subordinar-se integralmente aos preceitos do Código Civil revogado, pois não pode a lei nova, atual Código Civil, atingir a validade dos negócios jurídicos já constituídos, nem interferir nos efeitos do contrato de execução de trato sucessivo.

Julgue os próximos itens, a respeito de contratos.

113 O princípio da função social determina que os interesses individuais das partes do contrato sejam exercidos em conformidade com os interesses sociais, sempre que estes se apresentem. No entanto, havendo conflito entre eles, o princípio da autonomia da vontade deve ser prevalecente, pois este continua válido e informa todo o sistema contratual.

114 O contrato de abertura de crédito fixo firmado entre instituição financeira e correntista, no qual pactuam mútuo e condições do pagamento, ainda que creditado em conta-corrente, traduz título representativo de dívida líquida, certa e exigível e constitui título executivo extrajudicial.

115 Considere a hipótese em que cônjuge varão, durante a vigência do casamento pelo regime da comunhão universal de bens, prestou fiança em contrato de renegociação de dívida de operações de crédito, sem a devida outorga uxória. Nessa situação, a fiança é anulável, caso em que obrigará apenas os bens da meação do fiador.

116 O princípio da equivalência material busca realizar e preservar o equilíbrio real de direitos e deveres no contrato, antes, durante e após sua execução, para harmonização dos interesses. Esse princípio preserva a equação e o justo equilíbrio contratual, seja para manter a proporcionalidade inicial dos direitos e obrigações, seja para corrigir os desequilíbrios supervenientes.

Com referência à responsabilidade civil, julgue os itens que se seguem.

117 Reputa-se como dano moral a dor, o vexame, o sofrimento ou a humilhação que foge à normalidade e interfere intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflição, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar. Para o arbitramento do dano moral, deve o juiz atentar para a repercussão econômica do dano, a capacidade econômica do agente, seu grau de dolo ou culpa e a dor experimentada pela vítima. Assim, o ressarcimento do dano moral se dará na justa medida do abalo sofrido, sem, contudo, gerar um enriquecimento sem causa e também sem deixar impune o agente do dano moral.

118 Na responsabilidade subsidiária, uma das pessoas tem o débito originário e a outra tem apenas a responsabilidade por esse débito. Por isso, existe uma preferência na ordem de excussão: primeiro são demandados os bens do devedor; não tendo sido encontrados ou sendo eles insuficientes, inicia-se a excussão de bens do responsável em caráter subsidiário, até saldar a totalidade da dívida.

119 A responsabilidade civil por ato de terceiro permite estender a obrigação de reparar o dano à pessoa diversa daquela que praticou a conduta danosa, desde que exista uma relação jurídica entre o causador do dano e o responsável pela indenização. Nessa hipótese, a obrigação de indenizar é proveniente da culpa presumida do agente, consistente no descuido do dever de vigilância ou do dever de escolha do preposto.

120 Dirigir veículos sem possuir habilitação legal induz, por si só, a culpa. Assim, para efeito de responsabilidade civil, quando, em acidente de trânsito, um dos motoristas envolvidos não possuir habilitação legal, ele será considerado culpado e condenado à reparação dos danos.

Acerca do direito das sucessões, julgue os itens subseqüentes.

121 Considere a seguinte situação hipotética.

Tiago e Cláudia, casados há alguns anos em regime da comunhão parcial de bens, faleceram simultaneamente em um acidente, não deixando testamento. Cláudia possuía dois filhos de uma união já desfeita. Tiago não tinha descendentes e deixou como parentes os pais e dois tios. O casal possuía um apartamento e um carro. Cláudia não deixou bens particulares, enquanto Tiago tinha uma propriedade imobiliária rural.

Nessa situação, todos os bens de Cláudia e Tiago, ou seja, o apartamento, o carro e a propriedade rural serão partilhados, em partes iguais, entre os filhos de Cláudia, pois Cláudia transmitiu a seus descendentes o seu direito hereditário no bem particular do marido.

122 As regras formais do testamento são as do tempo em que ele foi feito. No entanto, as normas substanciais da sucessão hereditária são as da época em que faleceu a pessoa de cuja sucessão se trata.

123 No regime da separação convencional de bens, o cônjuge sobrevivente concorre com os descendentes do falecido.

124 O direito de representação dar-se-á quando a lei chama certos parentes do falecido a sucederem-no em todos os direitos em que ele sucederia se vivo fosse, e ocorre apenas na linha descendente. Assim, como não há representação de pessoa viva, ninguém pode suceder representando o herdeiro renunciante ou excluído.

125 O herdeiro recebe, desde o momento da morte do autor da herança, o domínio e a posse dos bens, em condomínio com os demais. O legatário de coisa certa receberá o domínio desde logo e a posse quando da partilha. Se o legatário for beneficiado com coisa incerta, receberá o domínio e a posse no momento da partilha.

Com relação ao direito de família, de acordo com o sistema jurídico vigente, julgue os itens a seguir.

126 A alteração do regime de bens no casamento não pode ser feita unilateralmente, precisa obedecer a vários requisitos: ambos os cônjuges têm de apresentar o pedido, motivando-o, justificando-o, e o juiz vai apurar a procedência das razões invocadas. Assim, depende da autorização judicial, resguardando-se os direitos de terceiros.

127 A adoção de pessoa maior de 18 anos de idade é regida pelo Código Civil e obedecerá a processo judicial. No entanto, não se faz necessária a intervenção obrigatória do Ministério Público, pois o objetivo da mencionada adoção é atender interesses puramente patrimoniais e sucessórios.

128 Se não houver tutor testamentário ou legítimo, forem eles excluídos ou escusados da tutela ou tiverem sido removidos por idoneidade, ocorrerá a denominada tutela dativa, com natureza subsidiária, em que incumbe ao juiz a nomeação de pessoa idônea, uma vez que a essa pessoa caberá tanto a guarda do menor quanto a administração dos bens que ele possa ter, devendo, ademais, o tutor residir no domicílio do menor.

129 O meio de prova do estado de casado serve para se provar a existência do casamento, nunca para convalidar vício que o invalida. Assim, a presunção em favor do casamento só pode ser invocada para dirimir a incerteza, ou seja, se ocorreu, ou não, o ato de celebração do casamento.

130 É imprescritível o direito de o filho, mesmo já tendo atingido a maioridade, investigar a paternidade e pleitear a alteração do registro de nascimento.

Acerca dos embargos do devedor, julgue os itens seguintes.

131 Contra execução baseada em sentença penal condenatória é vedado ao executado alegar inexistência ou invalidade da citação do processo de conhecimento.

132 Na execução definitiva por título judicial transitado em julgado, se for interposto recurso contra a sentença que julgou improcedentes os embargos do devedor, a execução prosseguirá em caráter provisório.

A respeito dos recursos, julgue os próximos itens.

133 São cabíveis embargos infringentes contra decisão que julga procedente, por maioria de votos, ação cautelar de competência originária do tribunal.

134 Considere a seguinte situação hipotética.

Ao proferir a sentença e julgar procedente o pedido, o juiz concedeu a antecipação da tutela, reconhecendo a presença dos pressupostos essenciais exigidos para sua concessão. Inconformada, a parte adversa interpôs o recurso de apelação.

Nessa situação, o recurso é próprio e deverá ser recebido em ambos os efeitos.

135 Cabe agravo retido contra decisão que recebe a apelação e declara os efeitos em que o recurso foi recebido. Na hipótese de haver juízo de retratação, a parte contrária deverá, nas contra-razões do recurso principal, ofertar sua resposta.

136 Os embargos de declaração suspendem o prazo para a interposição de outros recursos, e o efeito suspensivo valerá tanto para o embargante quanto para a parte contrária e para terceiros prejudicados.

137 Suponha que o estado de Santa Catarina, na qualidade de assistente simples de empresa pública estadual, recorreu de sentença proferida pelo juízo. Nessa situação, a parte recorrente não terá o prazo em dobro para recorrer, uma vez que o benefício legal se estende à parte recorrente e a figura do assistente simples não se enquadra na definição legal de parte.

Julgue os itens a seguir, a respeito da tutela específica das obrigações de fazer, não fazer e entregar coisa.

138 Proferida a sentença final condenatória, ainda que interposta apelação com o duplo efeito, a sentença, por ter caráter mandamental, será exequível de plano, inclusive com apoio de força policial, se necessário.

139 A obrigação de entrega de coisa poderá ser convertida em perdas e danos, se o credor a requerer, ou ser substituída por coisa diversa capaz de produzir resultado prático equivalente ao adimplemento.

Julgue os itens seguintes, relativos à competência.

140 Quando se tratar de junção de causas conexas, em um mesmo juízo, por causa da prevenção, considera-se prevento não o juízo onde tenha sido feita a citação, mas o que despachou em primeiro lugar, desde que ambos os juízes tenham a mesma competência territorial.

141 No caso de incompetência absoluta, deve o juiz absolutamente incompetente decretar a nulidade dos atos decisórios, remetendo os autos ao juízo que tenha por competente. Assim, o juiz, mesmo quando absolutamente incompetente, é, todavia, o competente para declarar a incompetência absoluta do órgão por ele ocupado.

142 É da justiça federal a competência para processar e julgar a ação possessória entre particulares sobre terreno de marinha, portanto, bem de domínio da União.

143 Existindo conexão entre duas ações que tramitam perante juízos diversos, configurada pela identidade do objeto ou da causa de pedir, impõe-se a reunião dos processos, ainda que um dos processos já se encontre sentenciado, a fim de se evitarem julgamentos incompatíveis.

No que se refere ao reexame necessário, julgue os itens que se seguem.

144 A sentença que julga procedentes embargos à execução contra a fazenda pública não está sujeita ao duplo grau obrigatório de jurisdição.

145 O reexame necessário devolve ao tribunal a apreciação de toda a matéria que se refira à sucumbência da fazenda pública. É procedimento obrigatório que não se sujeita ao princípio do *quantum devolutum quantum appellatum*.

146 Em decisão monocrática, poderá o relator negar seguimento a remessa obrigatória por considerá-la manifestamente improcedente, tendo em vista que a decisão de primeira instância encontra-se em consonância com a jurisprudência do respectivo tribunal.

147 A sentença concessiva do mandado de segurança no qual o valor controvertido não ultrapassar a 60 salários mínimos não está sujeita ao reexame obrigatório.

A respeito da ação civil pública, julgue os itens subseqüentes.

148 É cabível ação civil pública objetivando a declaração incidental de inconstitucionalidade de lei, desde que a controvérsia constitucional figure como causa de pedir, fundamento ou questão indispensável à resolução do litígio principal, em torno da tutela do interesse público.

149 A procedência da ação civil pública com fundamento na inconstitucionalidade de lei tem como consequência a declaração em abstrato da inconstitucionalidade de lei e a coisa julgada material com eficácia *erga omnes*.

Acerca da tutela antecipada, julgue os próximos itens.

150 É cabível o pedido de antecipação dos efeitos da tutela na petição inicial, com fundamento no abuso do direito de defesa ou nos atos protelatórios do réu.

151 Tem legitimidade para pleitear a antecipação de tutela a parte que postula medida concreta a ser decretada, em caráter definitivo, pela sentença, contra o outro sujeito do processo. No entanto, os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial abrangem também as hipóteses de reconvenção ou da resposta em ação de natureza dúplice.

Com relação a mandado de segurança, julgue os itens que se seguem.

152 Compete à turma recursal de juizado especial o julgamento de mandado de segurança impetrado contra seus atos ou de seus integrantes.

153 A sentença que denega o mandado de segurança deverá cassar a liminar anteriormente deferida. Assim, como regra geral, é defeso ao juízo, ao proferir a mencionada sentença, resguardar os efeitos da liminar anteriormente deferida.

154 O recurso de apelação contra sentença denegatória de mandado de segurança possui apenas efeito devolutivo, não possuindo eficácia suspensiva, tendo em vista a auto-executoriedade da decisão proferida no *writ*.

155 Sendo denegado o mandado de segurança por deficiência de provas ou por necessidade de dilação probatória, a coisa julgada formada é meramente processual, dando ensejo à impetração de novo *mandamus* ou ajuizamento de ação ordinária para discutir o mesmo assunto.

Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética referente a crime tentado e impossível, arrependimento posterior, concurso de pessoas, concurso de crimes e suspensão condicional da pena, seguida de uma assertiva a ser julgada.

156 Mariana encontrava-se na seção de vestuário de um hipermercado e, no momento em que colocava uma calça e uma camisa *jeans* em uma bolsa que portava, com a intenção de subtraí-las, estava sendo observada por um segurança por meio de um sistema de monitoramento eletrônico. Ao tentar sair do hipermercado, Mariana foi abordada pelo segurança, que, após revistar a sua bolsa, apreendeu a *res furtiva*. Nessa situação, e de acordo com o STJ, tratou-se de crime impossível, pela absoluta ineficácia do meio empregado por Mariana para a subtração da *res*.

157 João, servidor público, recebeu em dinheiro a importância de R\$ 50 mil em razão do cargo que exercia, apropriando-se posteriormente do numerário com *animus rem sibi habendi*. Instaurado inquérito policial, João restituiu voluntariamente a importância de R\$ 30.000,00 ao delegado de polícia. Nessa situação, ocorreu o arrependimento posterior por parte de João, que resultará na redução de um a dois terços da pena do crime de peculato.

158 Túlio, tabelião do ofício de notas, forneceu a Ana, proprietária de uma copiadora, três carimbos de autenticação de documentos, que foram utilizados para carimbar cópias de documentos de clientes da copiadora, ali produzidas, e, posteriormente, encaminhadas ao cartório para assinatura por escreventes autorizados, sem enviar os originais. Túlio tinha pleno conhecimento das transações de Ana, que recebia por elas vantagem econômica. Nessa situação, e conforme entendimento do STJ, Túlio e Ana praticaram, em tese, o crime de usurpação de função pública, em concurso de pessoas.

159 Ronaldo abordou Ane no estacionamento de um *shopping* e, mediante grave ameaça, exercida com o emprego de revólver municiado, assumiu a direção do veículo dela e colocou a vítima no banco do passageiro, deslocando-se até um posto bancário de atendimento 24 horas. No posto, ainda mediante grave ameaça, Ronaldo apossou-se do cartão bancário de Ane e obteve a sua senha, efetuando um saque no valor de R\$ 1.000,00 no caixa eletrônico do banco, oportunidade em que liberou a vítima e evadiu-se com o veículo dela. Nessa situação, e de acordo com a orientação do STJ, Ronaldo praticou os crimes de roubo e extorsão, em concurso material.

160 Leonardo, primário e sem antecedentes criminais, foi condenado à pena privativa de liberdade de 2 anos de reclusão, em regime integralmente fechado, por ter praticado o crime de estupro simples tentado. Nessa situação, e consoante o atual entendimento do STJ, sendo favoráveis todas as circunstâncias judiciais, Leonardo terá direito à suspensão condicional da pena.

Com relação à aplicação das penas, ao livramento condicional e à reabilitação, julgue os itens seguintes.

161 Considere a seguinte situação hipotética.

Um réu primário e com bons antecedentes foi condenado à pena privativa de liberdade de 2 anos de reclusão, em regime aberto, por ter praticado o crime de lesão corporal de natureza grave — incapacidade para as ocupações habituais por mais de 30 dias.

Nessa situação, por ser inferior a 4 anos a pena privativa de liberdade, é cabível a sua substituição por penas restritivas de direitos.

162 De acordo com os atuais entendimentos do STF e do STJ, a suspensão do curso do livramento condicional até a decisão definitiva do processo resultante da imputação da prática do crime durante a sua vigência é medida cautelar, dependente de decisão judicial específica. Não tendo havido a suspensão cautelar, corre sem óbice o prazo do livramento condicional, cujo termo, sem revogação, implica extinção da pena.

163 Para preencher um dos requisitos da reabilitação, na hipótese de a vítima ou sua família se mostrarem inertes na cobrança da indenização, não é necessário que o condenado faça uso dos meios legais para o ressarcimento do dano provocado pelo delito, de modo a se livrar da obrigação.

Quanto às medidas de segurança e à extinção da punibilidade, julgue os próximos itens.

164 Não é cabível em sentença absolutória, consoante entendimento do STJ, a aplicação de medida de segurança de tratamento ambulatorial a imputável que comete crime apenado com reclusão, mesmo que seja o tratamento adequado para o caso, levando em consideração a periculosidade do agente e demais circunstâncias que margeiam os fatos.

165 Consoante entendimento do STJ, é cabível a decretação da extinção da punibilidade do réu antes da prolação da sentença condenatória, pela ocorrência da prescrição da pena *in abstracto*, na hipótese de vir a completar 70 anos de idade no decorrer do processo-crime, aplicando-se a redução de prazo prevista na Parte Geral do Código Penal.

Acerca dos crimes contra a vida, de lesões corporais e dos crimes contra o patrimônio público, julgue os itens que se seguem.

166 De acordo com o posicionamento do STJ, não há incompatibilidade, em tese, na coexistência de qualificadora objetiva do crime de homicídio, como, por exemplo, a forma de executá-lo — à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido — com a sua forma privilegiada — impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima.

167 Considere a seguinte situação hipotética.

Durante uma acalorada discussão, Oto agrediu a sua companheira com uma faca, desferindo-lhe golpes na cavidade torácica, que vieram atingir o pulmão esquerdo, posteriormente extraído em uma intervenção cirúrgica.

Nessa situação, Oto praticou o crime de lesão corporal de natureza grave, que terá a pena aumentada em um terço, por ter sido praticado contra a companheira.

168 Considere a seguinte situação hipotética.

Em um vestibular, um candidato fazia uso de um aparelho transmissor e receptor de mensagens para estabelecer comunicação com seu irmão, que de fora do local onde eram realizadas as provas passava para o candidato as respostas das questões formuladas.

Nessa situação, e de acordo com o entendimento do STJ, o candidato praticou o crime de estelionato básico.

Cada um dos itens que se seguem apresenta uma situação hipotética concernente a crimes contra a liberdade sexual, fé pública e ordem tributária, seguida de uma assertiva a ser julgada.

169 Mário, mediante o emprego de violência e grave ameaça exercida com o emprego de uma faca, constrangeu sua prima a fazer sexo oral (felação) e, em seguida, a manter conjunção carnal com ele. Nessa situação, não se consubstanciando o ato libidinoso em *praeludia coiti*, Mário praticou o crime de atentado violento ao pudor em concurso material com o crime de estupro.

170 Daniel adulterou a data de seu nascimento contida na certidão de nascimento, fazendo uso do documento, posteriormente, ao tomar posse em um cargo público que exigia limitação etária (idade limite — mínima e máxima) na legislação e no edital do certame. Nessa situação, e de acordo com o entendimento do STJ, Daniel praticou o crime de falsificação de documento público em concurso material com o uso de documento falso.

171 Foi instaurado inquérito policial contra um empresário, pela prática de crime contra a ordem tributária, por ter reduzido o recolhimento de imposto ao omitir informações à autoridade fazendária. No processo administrativo-fiscal, o empresário apresentou defesa, contestando o auto de infração e o crédito tributário. Nessa situação, conforme atual entendimento do STF, por tratar-se de crime material ou de resultado, a decisão definitiva do processo administrativo-fiscal consubstancia condição objetiva de punibilidade, faltando justa causa para a ação penal até decisão final em sede administrativa.

A respeito dos crimes hediondos, de abuso de autoridade, contra a administração pública e de imprensa, julgue os itens subsequentes.

172 Nos crimes de abuso de autoridade, previstos na Lei n.º 4.898/1965, a prescrição da pretensão punitiva do Estado ocorre, *in abstracto*, em dois anos, sendo que a pena de perda do cargo e inabilitação para o exercício de função pública é de natureza principal, assim como as penas de multa e detenção.

173 Considere a seguinte situação hipotética.

Pedro e Paulo associaram-se, em caráter habitual, organizado e permanente — *societas sceleris* —, para comercializarem cloreto de etila — lança-perfume — a estudantes de escolas e faculdades particulares.

Nessa situação, Pedro e Paulo praticaram o crime de associação para o tráfico de entorpecentes, que é equiparado a crime hediondo.

174 Considere a seguinte situação hipotética.

Carlos, servidor público, no período de janeiro/2001 a dezembro/2004, apropriou-se da vultosa quantia de R\$ 1 milhão, na execução de contratos administrativos de obras superfaturadas, importância de que tinha a posse em razão do cargo que exercia. Maria, sua esposa e do lar, casada sob o regime de comunhão de bens, tinha ciência das apropriações indevidas e com elas era conivente, usufruindo todo esse período do produto do crime.

Nessa situação, Carlos e Maria praticaram o crime de peculato, em concurso de agentes.

175 Para a configuração dos crimes contra a honra, mormente os descritos na Lei de Imprensa, faz-se mister, além do dolo, um fim específico, que é a intenção de macular a honra alheia. Assim, se o fato for praticado com *animus narrandi* ou *animus criticandi*, não há de se falar em crime de calúnia, injúria ou difamação.

Com referência à aplicação da lei processual penal no tempo e ao recebimento da denúncia, julgue os itens a seguir.

176 As alterações legislativas referentes à fixação da competência no processo penal devem ser aplicadas de imediato, salvo na hipótese de já haver sido proferida sentença de mérito, em que o processo segue na jurisdição inicialmente estabelecida para a apreciação de eventuais recursos.

177 O recebimento da denúncia pelo juiz deve dar-se por meio de despacho expresso. Assim, é nulo o processo-crime que não contém despacho recebedor expresso da exordial acusatória, mas simples designação de interrogatório, com citação do réu e notificação do órgão do Ministério Público.

178 Considere a seguinte situação hipotética.

O promotor de justiça ofereceu denúncia contra um indivíduo, imputando-lhe a prática de crime de roubo qualificado. O magistrado, pelas peças informativas contidas no inquérito policial, entendeu que se tratava de um crime de extorsão.

Nessa situação, e de acordo com o entendimento do STJ, é correto ao juiz, no despacho de recebimento da denúncia, recapitular o fato nela descrito.

A respeito da competência no processo penal, julgue os itens seguintes.

179 Compete à justiça comum estadual processar e julgar crime de estelionato praticado para o recebimento de indenizações oriundas do seguro obrigatório DPVAT em que o pagamento, mediante fraude, foi realizado pela sociedade conveniada.

180 É da competência da justiça comum estadual processar e julgar crime de roubo praticado por militar contra militar, estando ambos fora do exercício da função.

181 Considere a seguinte situação hipotética.

Raul estava sendo transportado por pequena embarcação (lança), juntamente com mais sete tripulantes, todos sem coletes salva-vidas, sendo que, ao tentar embarcar em um navio fundeado na barra do Porto XV, subindo a escada, acabou por cair no mar, vindo a falecer. O órgão do Ministério Público ofertou denúncia por crime de homicídio culposo contra o condutor da lanca.

Nessa situação, e de acordo com o entendimento do STJ, a competência para processar e julgar o crime é da justiça federal, por ter o crime sido cometido a bordo de navio.

Cada um dos próximos itens apresenta uma situação hipotética a respeito do ônus da prova no processo penal, dos meios e limitações constitucionais, seguida de uma assertiva a ser julgada.

182 Um indivíduo, objetivando identificar o autor de danos criminosos provocados em seus veículos, instalou na própria vaga de garagem do edifício que residia um equipamento de filmagem. Nessa situação, e de acordo com o entendimento do STF, a gravação realizada com esse equipamento de filmagem é prova ilícita, por ser clandestina e ofender a garantia constitucional da intimidade.

183 A autoridade policial, após deter, sem flagrante e sem ordem judicial, o suspeito de chefiar uma quadrilha de traficantes de substâncias entorpecentes, em conversa informal gravou em uma fita cassete, sem autorização, a sua confissão e a revelação do *modus operandi* do bando. Nessa situação, consoante orientação do STF, trata-se de prova ilícita em face da detenção ilegal e, por ter sido a conversa informal uma modalidade de interrogatório sub-reptício, realizado sem as formalidades legais e sem o indiciado ser advertido do seu direito ao silêncio.

184 Instaurado inquérito policial para apurar um crime de furto, a autoridade policial apreendeu em poder de um indivíduo a *res furtiva*, dias após a consumação da infração penal. Nessa situação, e de acordo com o entendimento do STJ, há a inversão do *onus probandi*, devendo o indivíduo comprovar a sua inocência.

Cada um dos itens a seguir apresenta uma situação hipotética referente a prisão preventiva e a liberdade provisória, seguida de uma assertiva a ser julgada.

185 Alan praticou um grave homicídio qualificado contra a sua esposa, morta por tiros a queima roupa na porta de sua residência. O crime chocou os moradores da pequena e pacata cidade do interior onde mora Alan, gerando clamor público considerável. Nessa situação, consoante entendimento do STF e do STJ, o clamor público e a credibilidade das instituições autorizam a decretação da prisão preventiva de Alan.

186 Luís, primário e sem antecedentes criminais, foi preso em flagrante pela prática do crime homicídio qualificado. Nessa situação, de acordo com a jurisprudência do STF, mesmo ausentes os motivos que autorizam a decretação da prisão preventiva, Luís não terá direito à concessão da liberdade provisória.

Julgue os itens que se sucedem, relativos a citações e intimações no processo penal.

187 A citação do réu realizada no mesmo dia do interrogatório, de acordo com o STJ e o STF, não implica nulidade, por si só, sem demonstração de prejuízo ou cerceamento da defesa.

188 Apesar de o Código de Processo Penal dispor que a intimação do defensor nomeado seja pessoal, o STF orienta-se no sentido de que não se aplica essa regra no juizado especial criminal. Assim, o julgamento dos recursos pela turma recursal dos juizados especiais criminais prescinde da intimação pessoal dos defensores públicos, bastando a intimação pela imprensa oficial.

No que tange à contagem dos prazos processuais, à sentença penal e seus efeitos e à coisa julgada, julgue os próximos itens.

189 O membro do Ministério Público possui prerrogativa de que o prazo para a interposição de recurso comece a fluir a partir de sua intimação pessoal. No caso de ausência da certidão de intimação pessoal, o prazo recursal do Ministério Público começa a fluir, de acordo com o entendimento do STJ, da data em que os autos deram entrada no protocolo administrativo daquele órgão.

190 Considere a seguinte situação hipotética.

Um indivíduo foi preso em razão da decretação de prisão preventiva, permanecendo custodiado durante toda a instrução criminal do processo-crime. Na sentença, o juiz reconheceu a ocorrência de crime impossível e decretou a sua absolvição.

Nessa situação, um dos efeitos da sentença penal será a expedição de alvará de soltura, mesmo que haja recurso por parte do órgão do Ministério Público, sob pena de constrangimento ilegal.

191 Os efeitos específicos da condenação não são automáticos, de sorte que, ainda que presentes os requisitos previstos no Código Penal, deve a sentença penal declarar, motivadamente, os seus fundamentos. A ausência de fundamentação ocasiona a nulidade, nesse ponto, do dispositivo da sentença condenatória.

192 Considere a seguinte situação hipotética.

Pela prática do crime de homicídio qualificado, um indivíduo foi condenado definitivamente à pena privativa de liberdade de 12 anos de reclusão, tendo o juiz fixado na sentença penal o regime inicialmente fechado. Na fase executiva, o juiz, verificando a fixação equivocada do regime prisional, o corrigiu para integralmente fechado.

Nessa situação, por tratar-se de crime hediondo, com previsão legal expressa de que a pena deve ser cumprida em regime integralmente fechado, a decisão do juiz da execução não violou a coisa julgada.

A respeito dos procedimentos dos juizados especiais criminais e do júri, julgue os itens seguintes.

193 Considere a seguinte situação hipotética.

O órgão do Ministério Público denunciou Aldo pelos crimes de violação de domicílio, tentativa de estupro e atentado violento ao pudor, em concurso material. O juiz, dando aos fatos definição jurídica diversa da constante na denúncia, condenou Aldo pelo crime de lesão corporal, por duas vezes, deixando de aplicar a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos, bem como a suspensão condicional do processo. O Ministério Público apresentou recurso.

Nessa situação, e de acordo com o entendimento do STF, por tratar-se de crimes de menor potencial ofensivo, a competência para o julgamento da apelação é da turma recursal.

194 Considere a seguinte situação hipotética.

O réu, contra sentença proferida em sede de juizado especial criminal, interpôs recurso de apelação para a turma recursal no prazo de cinco dias e requereu a concessão de prazo para a apresentação das razões.

Nessa situação, e de acordo com o entendimento do STF, o juiz deve julgar intempestiva a apelação, pelo fato de o recurso não ter sido apresentado juntamente com as razões, em prazo único.

195 As circunstâncias agravantes que vierem à tona durante os debates, quando não-articuladas no libelo, poderão ser incluídas no questionário, a requerimento do Ministério Público. Assim, é correta a decisão do juiz presidente do tribunal do júri que, atendendo provocação ministerial, formula quesitos a respeito das circunstâncias agravantes do motivo fútil e do uso de meio que dificultou a defesa da vítima, no julgamento de réu pronunciado por homicídio simples.

No que se refere às nulidades e aos recursos no processo penal, julgue os itens que se seguem.

196 A defesa criminal patrocinada por pessoa não-inscrita na OAB (falso advogado), ainda que constituída pelo réu, que redundou em sentença penal condenatória, é causa de nulidade absoluta do processo, por falta de defesa técnica.

197 Considerando que o ordenamento jurídico não prevê a interposição simultânea de protesto por novo júri e apelação, quando as penas aplicadas para cada crime forem, isoladamente, inferiores a vinte anos, de acordo com o entendimento do STF, em face do princípio da fungibilidade dos recursos, o tribunal de justiça pode receber como apelação protesto por novo júri apresentado tempestivamente, e determinar que se abra prazo à defesa para o oferecimento de razões, seguindo o recurso o seu curso legal.

Acerca da revisão criminal, do *habeas corpus* e do desaforamento, julgue os itens subseqüentes.

198 Com o advento do Estatuto da OAB, que dispõe que a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário é atividade privativa de advogado, o sentenciado em processo criminal não possui capacidade postulatória para subscrever, em causa própria, pedido de revisão criminal.

199 Não é cabível a impetração de *habeas corpus* contra decisão judicial que indefere o processamento de justificação criminal, cujas provas a serem produzidas posteriormente instruiriam pedido de revisão da condenação de réu à pena privativa de liberdade.

200 Tratando-se de pedido de desaforamento do julgamento do tribunal do júri realizado pelo Ministério Público, de acordo com o entendimento do STF, é imperativa a audiência da defesa, assim como a intimação do réu e de seu advogado da decisão deferitória.